

Cidade, Moda, Identidade e Globalização

Alexandre Alves Costa

Universidade do Porto

Estava a tomar café numa esplanada da Foz, ouvindo sem querer, mas a querer, uma conversa de duas senhoras de voz grave e fumadoras, como deve ser, que apreciavam com olhares gulosos alguns jovens surfistas que entravam e saíam do mar, vestidos com aqueles maravilhosos fatos pretos colados ao corpo. Alguns vestiam-nos ou despiam-nos bem perto de nós. Os cabelos não tinham gel, tinham sal e muitos eram loiros, cor da areia. Um strip masculino, pelo preço de um café! O sol aquecia e sentia-se, naquele princípio de primavera, o seu brilho no mar, o desabrochar da natureza, da sensualidade, do desejo, que a todos, tias, surfistas eu próprio, atingiam.

Ali ficamos muito tempo. Por fim o grupo já vestido juntou-se, sentado na praia a conversar, bem perto de nós. Ouvia-se o que diziam. As senhoras calaram-se e, pouco tempo depois, olharam uma para a outra com um ar entre o surpreendido e o escandalizado: *que surrelfada! Isto é gente de ilha ou de bairro... Já não se percebe nada!*

E eu pensei: então quando a moda dos Diogos ou Franciscos e Joanas lhes chegar e deixarem de ser Nelos, Nandos ou Carlas, a confusão vai ser muito maior.

Nesta pequena e insignificante história está a cidade: a sua estrutura física de classe (as ilhas, os bairros, a Foz...), os seus utentes e as suas linguagens (a pronúncia da linha e a do norte), as culturas que separam o Nelo, do Diogo, as imagens de consenso interclassista construídas pela moda (apesar das marcas e preços das pranchas serem bem diferentes), a sexualidade pura, animal, cujos mecanismos instintivos de atracção física, através do olhar, representam, no seu melhor, a radicalidade da utopia da igualdade e da liberdade absolutas.

Da infinidade de temas abordáveis a partir daqui, escolherei três que tratarei sucinta, e autonomamente:

1. O heroísmo da vida moderna – a nova natureza artificial, a cidade e a moda;
2. O consenso manipulado e a liberdade – distinção, uniformização, diferença;
3. Identidade e globalização – portugal dos pequenitos ou singapura

1. O heroísmo da vida moderna – a nova natureza artificial

Esta primeira reflexão refere-se ao inevitável texto de Baudelaire, “Pintor da vida moderna” (ver nota), que me colocou nas vésperas da modernidade - nas duas seguintes reflexões avancei no tempo, passando por ela e ultrapassando-a.

O pintor da vida moderna é, antes de mais, um ser urbano *grande amante da multidão e do incógnito que mergulha na multidão como num imenso reservatório de electricidade, como um caleidoscópio dotado de consciência.*

O homem ama tanto o homem que, quando foge da cidade, ainda é para procurar a multidão, isto é, para refazer a cidade no campo.

A importância desta paixão pela cidade moderna e pelas multidões é a de que ela permite ao artista encontrar beleza e harmonia onde se poderia ver apenas o caos, desumanização, ou a própria impossibilidade de prosseguir uma experiência humana. De facto, a concentração da população, de actividades e de funções que caracteriza as cidades após a primeira revolução industrial, transforma-as numa realidade nova, totalmente distinta do velho burgo. Na metrópole a liberdade e a dominação, a diversificação de possibilidades e o estreitamento das vidas, a sofisticação civilizacional e a mais crua violência parecem crescer na proporção do seu próprio crescimento. Muitos dos primeiros discursos sobre a cidade moderna comparam-na já a uma nova selvajaria. Veja-se em Portugal as “Cidades e as Serras”, de Eça, os “Simples”, de Junqueiro, as “Palavras Loucas”, de Alberto Oliveira, a problemática e o debate sobre a Casa Portuguesa.

Para Baudelaire, a cidade, como produto civilizacional, representa o verdadeiro meio ambiente do homem moderno, no qual se joga realmente o destino espiritual da humanidade. As condições de possibilidade da experiência presente e futura estão condensadas nessa nova selva que é a cidade e exige outras tantas formas de heroicidade quanto as que exigiram o primeiro confronto do homem com a natureza. *O que são os perigos da floresta e da pradaria ao pé dos choques e dos conflitos da civilização?* A compreensão desta nova condição convida a procurar aventuras horríveis e raras através das capitais. *O espectáculo da vida elegante e dos milhares de existências flutuantes que circulam nos subterrâneos de uma grande cidade provam-nos que não precisamos mais do que abrir os olhos para conhecer o nosso heroísmo* - o confronto com os novos perigos, os que se vão insinuando nas margens da sociedade e da moral burguesas.

O protagonismo do artista como intérprete da modernidade é convertido, assim, numa verdadeira heroicidade – a de resgatar da vida urbana, numa tarefa simultaneamente estética e ética, a possibilidade de uma experiência moderna. O modo de relacionamento do artista com a multidão é o fenómeno que exprime este novo heroísmo, do “flâneur”, do que vagueia ao acaso, que se funde nela arriscando

a dissolução do eu, da própria subjectividade, num eu insaciável do não eu – *eu sou todos, todos sou eu*.

É a cidade moderna, ainda, o contexto do fenómeno que, para Baudelaire, condensa a consciência da modernidade, a moda. Ela é, por excelência, o sinal do tempo, a estrutura abstracta dos tempos por vir, a gestora permanente da linha de partilha entre passado e futuro, a gestora do novo, da sensibilidade, do gosto. A moda surge, assim, como o mecanismo moderno por excelência de valorização do novo e representa, por isso, a estrutura temporal da própria arte moderna. Ao mesmo tempo fornece-lhe todo esse importantíssimo material vivo do presente que deve integrar a representação artística, como, o vestuário, as posturas, os gestos, senão mesmo os rostos.

A assimilação da arte ao fenómeno da moda favorece a primeira entrada na arte de temas banais, sem a inspiração clássica, e académica. No percurso da arte moderna e das vanguardas, a possibilidade de criação de obras de arte passará, de facto, por uma relação com o objecto banal, com o objecto de série, tal como o foram evidenciando, de diferentes maneiras, por exemplo, Duchamp ou Wahrol.

Mas, do meu ponto de vista, a mais interessante implicação do fenómeno da moda que Baudelaire retém, é, do ponto de vista estético e ético, a valorização do artifício que o ritmo e a arbitrariedade das mudanças da moda impõem como evidente. De facto, ainda que por vezes invoque um fundamento natural e necessário, a moda é em si mesma, a imposição da mudança como mecanismo autónomo – o contrário da necessidade e da permanência das leis da natureza. Este artificialismo que é, por definição, o objecto da moda, é também, para ele, o universo do belo. Do ponto de vista estético tal significa o abandono da natureza como modelo por excelência da arte, caucionando-se, ao mesmo tempo, a sua desvalorização moral. Daí o elogio da maquilhagem, da “coquetterie”, nunca entendidos como complemento ou embelezamento da natureza. Eles constituem uma segunda natureza que deve triunfar sobre a primeira para criar o belo. Não há, assim, um belo natural, sendo o belo, sempre, criação das artes, entre as quais figuram metaforicamente as das maneiras, do vestuário e da cosmética, ditadas pela moda. A função do artifício não é a de reproduzir o que é natural, mas sim de o suplantar, de criar um novo cosmos, uma nova ordem.

Tal como a construção da cidade, onde continuamos a viver e cada vez mais. Nelas crescem, por entre o tumulto, os nossos diversos paraísos artificiais perante os quais crescem as desconfianças culturais éticas e políticas. No seio de justificadas preocupações ecológicas as cidades são objecto privilegiado destas desconfianças e a elas associa-se uma nostalgia pela natureza, em nome da qual se esboça uma nova estética de retorno ao belo natural. Mas se é indesejável refazer a cidade no campo, é, por certo, impossível refazer o campo na cidade, estando esta

nova ética ecológica muitas vezes condenada a dissolver-se numa pura estética para consumo de cidadãos.

A tragédia de Moçambique, os sismos e os dilúvios, mesmo os do “primeiro mundo” dificilmente se tornarão, no entanto, em objectos de fruição estética!

2. O consenso manipulado e a liberdade - distinção, uniformização, diferença

A moda com os mecanismos e a amplitude que hoje lhe conhecemos, é um fenómeno que se manifesta, sobretudo a partir do século XIX, mesmo se os seus antecedentes podem ser encontrados em séculos anteriores, no seio da vida da corte. Tal facto, aliás, é, em si mesmo, significativo, pois revela a origem social e política do fenómeno da moda: a aristocracia. A progressiva passagem das sociedades modernas europeias a regimes liberais e democráticos é, por sua vez, uma das fortes razões para a transformação do fenómeno da moda em mecanismo social, económico e político generalizado, tanto no que respeita ao seu âmbito de funcionamento, quanto no que respeita ao universo dos objectos que manipula. Ela é, no fundo, a manutenção de um mecanismo de distinção (ou se quisermos de aristocratização), em sociedades tendencialmente massificadoras, produzindo, porém, um efeito ambíguo simultaneamente comprometido com a uniformização.

A importância deste fenómeno leva a que este seja teorizado no âmbito da sociologia e da semiologia assinalando que ligar e distinguir são as duas funções da moda, que a sua essência conduz em que só uma parte do grupo a usa, enquanto a outra se encontra apenas em marcha para ela, que ela fabrica, como poucos outros fenómenos, uma forte consciência do presente, que a sua valorização do presente é, ao mesmo tempo, valorização da mudança, que a tendência nas sociedades democráticas é a da sua generalização, como mecanismo, a todo o tipo de objectos e realidades, fornecendo-lhes um certo “cachet” estético, mesmo em domínios perfeitamente estranhos ao estético, etc.

Vamos reter a questão da distinção e a da uniformização, para valorizar a uniformização que permite aos surfistas estar por dentro e serem até objecto de desejo e, em contrapartida desvalorizar a distinção aristocrática das marcas da prancha. Preferindo colocar-me do lado do direito à igualdade não tenho dúvidas que ele é, sobretudo, uma conquista do mercado que, através dos meios de comunicação, manipula consensos generalizados a favor da rentabilidade da produção em série. Não tendo dúvidas, também, que a distinção é o outro lado do mercado na sua produção de objectos únicos ou de mais selectivo uso, pelo preço, tão artificialmente elevado, que não diminui a sua rentabilidade.

Neste sentido não poderemos separar as questões da moda, das questões mais gerais da sociedade da cultura de massas, em que se pode falar de estetização geral da vida, enquanto os media, que distribuem informação, cultura,

entretenimento, sempre segundo critérios gerais de “beleza” – atracção formal dos produtos – assumiram na vida de cada um, um peso infinitamente maior que em qualquer época do passado. Identificar a esfera dos media com o estético pode suscitar algumas objecções, mas deixa de ser tão difícil admitir uma tal identificação se se tiver em conta que, para lá e mais profundamente do que distribuir informação os media produzem consenso, instauração e intensificação de uma linguagem social comum.

A função a que costumamos chamar, negativamente, organização do consenso, é uma função requintadamente estética, pelo menos num dos sentidos principais que este termo assume desde Kant, em que o prazer estético não se define tanto como o que o sujeito experimenta em relação ao objecto, mas como o prazer que deriva de constatar a própria pertença a um grupo cujos membros têm uma comum capacidade de apreciar o belo.

Sem discutir a natureza dos mecanismos, obviamente os do mercado, podemos dizer que a moda é um dos aspectos da estetização geral da vida porque através dela se intensifica uma linguagem comum e se assume um compromisso com um grupo social alargado. A moda é assim um meio de inclusão e cada vez em menor grau de exclusão, porque Calvin Klein, Armani ou Levis podem custar caríssimo numa boutique de luxo, ou baratíssimo, sendo praticamente os mesmos, na feira de Custóias ou de Espinho.

Deveremos, pois (passe o moralismo), interpretar o que uniformiza como factor de ligação e, daí, retirar a possibilidade de construir solidariamente a diferença que é o mesmo que dizer construir activamente a urbanidade, natureza artificial do homem.

A diferença, essa, tem pouco a ver com a moda, não é uma benesse do mercado, é um direito que temos que conquistar, é o salto qualitativo que, a partir da garantia da igualdade, nos faz reagir positivamente ao consenso manipulado e permite exprimir a nossa individualidade. A conquista do direito à diferença é parte integrante da luta pelo aprofundamento da liberdade e da democracia.

Nem a marginalidade, o regresso à solidão inicial, ou à natureza são alternativas. De resto não é verdade que detestamos a cidade, criação humana máxima - ao contrário ela estaria deserta. Teremos, sim, de saber o terreno que pisamos como condição mínima de liberdade.

3. Identidade e globalização – Portugal dos pequenitos ou Singapura

Não temos dúvidas de que as cidades têm uma identidade e que, independentemente dos processos que levaram à sua sedimentação e formalização que importa analisar, ela constitui em cada momento o resultado de um processo de longa duração cuja síntese está fixada nas construções e na sua organização espacial. Esta síntese é naturalmente instável porque a história não pára e daí que

seja anti-natural congelar qualquer dos seus momentos. Defendemos que qualquer intervenção transformadora, sem obviar a manifestação radical da contemporaneidade, deve permitir e até salientar a leitura do seu processo histórico, património comum da comunidade e factor importante de identidade e de auto-estima.

Durante o período revolucionário do 25 de Abril propusemos “todos” a reconstrução da cidade como rede de lugares identitários, preservada a sua complexidade nos sucessivos estratos da sua riquíssima história de que nos sabíamos herdeiros, democrática e contemporânea, provisoriamente interclassista. Perdeu-se a batalha, ganha pelos agentes anónimos do liberalismo a caminho da globalização capitalista. Transformar o Porto em Singapura e Portugal no Delta do Rio das Pérolas, onde o slogan do Partido Comunista Chinês é: “Enriquecer é glorioso!”, será o seu objectivo?

Em cidades como Singapura a história foi praticamente apagada, a totalidade do território artificializou-se, o tecido urbano apenas permanece estável por brevíssimos períodos de tempo. Como cidade, Singapura não é outra coisa senão a coexistência de um certo número de edifícios sem relações entre si e que, por proximidade, formam uma situação urbana que pode habitar-se sem demasiados problemas. O termo urbanismo foi substituído por “marketing urbano”.

Viver sem história pode ser uma aventura apaixonante. Estabelecer uma estratégia de tábua rasa, talvez seja melhor do que ser desesperadamente conservador por incapacidade de especular sobre o novo. Mas, para nós, a cidade é inimaginável sem uma história e isso não nos impedirá de formular desejos de construção de uma cidade melhor. Precisamos de quem goste de cidades, de quem seja portador de uma radical modernidade, visionária, caminho aberto a desejosas utopias, mundos vislumbrados.

Nem conservador, nem tábua rasa, como resistir?

A produção de significados em que consistem em grande parte as políticas urbanísticas parece orientada para demonstrar como o meio ambiente da cidade pode ser manipulado para fazer dele argumento e reforço simbólico para uma determinada ideologia de identidade, artificialmente favorecida pelas instâncias políticas. Falamos da produção de espaços destinados a servir de suporte adaptativo a novas realidades, novas maneiras de relacionar ideologia e lugar, novas experiências que voltam a demonstrar como o entorno desenhado se pode converter em suporte para uma estrutura motivacional e num guia para a acção.

A vontade pedagógica desta organização significativa do espaço e da sua celebração concretiza-se em dois domínios do activismo municipal. Um deles é o que se apresenta como reabilitação e que consiste na redenção do espaço e limpeza de uma paisagem considerada demasiado suja e densa. Teoricamente podemos considerar que esta operação poderá gerar um certo sentido de identidade uma vez que a recuperação da dignidade formal ajuda a melhorar a consciência

colectiva. O outro domínio é o das monumentalizações, sendo a tarefa destas similar à anterior uma vez que monumentalizar a cidade quer dizer organizá-la de maneira a sublinhar os sinais de uma identidade colectiva, em que se apoia a consciência urbana. Tal vontade didáctica e de reforço da identidade é um dos vectores centrais da política de ritualização do espaço urbano. Esta ordenação simbólica do meio urbano, esta intenção de esquematizar e de colocar os resultados desta redução a um código elementar, ao serviço de focalizações de identidade, não parece alheia a uma concepção do urbanismo como uma máquina de homogeneizar e clarificar o meio ambiente urbano. As políticas urbanas, variam com as modas e destinam-se a ligar.

Os teóricos que abordaram, do ponto de vista do urbanismo, a relação entre comportamentos sociais, pautas culturais e meio ambiente urbano, fizeram-no enfatizando os perigos que, para uma leitura adequada – leia-se obediência – dos sinais arquitectónicos, implica a heterogeneidade em geral. Desenhar quer dizer, assim, filtrar a complexidade, torná-la exequível – logo codificar, facilitar e incitar a legibilidade do previamente textualizado.

A política moderna, entendida como administração da *civitas* (não é por acaso que o Ministério do Ambiente é agora, também, das Cidades), nasceu e renasce da necessidade sentida pelas castas económicas, sociais e políticas, de apaziguar a vida urbana, de fazer dela o que não é, nem poderá ser nunca: um organismo congruente, uma paisagem pacificada onde reina uma harmonia solene e tranquila.

Só evitando (e não é o que tentam?) *os milhares de existências flutuantes que circulam nos subterrâneos*, permitindo apenas *o espectáculo da vida elegante*. E como reconheceríamos *o nosso heroísmo* e como poderíamos dissolver o nosso eu em todos?

A aspiração da ordem política de exercer a sua autoridade sobre a cidade concretiza-se tentando constituir e fazer respeitar uma certa unidade de espírito que torne viável uma experiência do urbano como cultura homogénea e unificada, susceptível de mobilizar afectos identitários específicos. Nesta direcção, resulta indispensável, na conceptualização da cidade, o estabelecimento de centros que desempenhem uma tarefa de integração, tanto instrumental como expressiva, tão atractiva para o cidadão no plano utilitário, como no simbólico. Trata-se de opor à expansão fragmentária da cidade uma memória urbana baseada no simulacro de uma falsa coerência. Perante a desordem do real, a ordem do imaginário! A Expo 98?

Temos consciência de que a cidade não é, apenas, consequência de um projecto que é imposto a uma população indiferente que se molda, passiva, às directrizes dos administradores e dos planificadores. Para além dos planos, a urbanidade é, sobretudo, a sociedade que os cidadãos produzem e as maneiras como a forma urbana é “gasta” pelos usuários. São estes que, em determinado

momento, podem desentender-se – e de facto desentendem-se com certa assiduidade – das directrizes urbanísticas oficiais e constituir formas próprias de territorialização, modalidades sempre efémeras e transversais de pensar e utilizar as engrenagens que fazem possível a cidade.

Dito de outro modo, o espaço viário, como o conjunto dos outros sistemas urbanos, é objecto de um duplo discurso. Por um lado, é produto de um desenho urbanístico e arquitectónico politicamente determinado, cuja vontade é orientar a percepção, oferecer sentidos práticos, distribuir valores simbólicos e influenciar as estruturas relacionais dos usuários. Por outro, pelo contrário, é o discurso deliberadamente incoerente e contraditório da própria sociedade que tem sempre a última palavra sobre, como e em que sentido mover-se fisicamente, na trama proposta pelos projectistas. É o simples peão que reinventa os espaços planeados, os submete aos seus ardis, os usa do seu ponto de vista, impondo os seus percursos a qualquer modelamento prévio, politicamente determinado. Numa palavra, à cidade planificada opõe-se – com indiferença e/ou hostilidade – uma cidade praticada. Esta codificação alternativa que o usuário faz da rua, não gera algo parecido com um continente homogéneo e ordenado, mas sim um arquipélago de microestruturas fugazes e cambiantes, descontinuidades mal articuladas, incertas, dubitativas, impossíveis de dominar (M. Delgado, 1999).

Sabemos, no entanto, que é necessário desenhar um novo mapa para cidade que nos aparece perdida e arruinada, a desfazer-se sem razão e a refazer-se híbrida e desconexa. Porque não, ao contrário do Programa Polis, partir da periferia, das áreas chamadas de desenvolvimento? Ir às saídas, buscando sinais do urbano sem forma.

As zonas periféricas das nossas cidades não sendo o produto directo de uma racionalidade política, não são, também, lugares de ordem, regulação, controlo e codificação do conjunto não sistematizável das práticas sociais que se desenvolvem no seu seio. São uma espécie de cidades, simultaneamente anteriores ao político - paisagem, topografia, restos vernaculares de modos de produção em desuso, implantações clandestinas – e outras, aparentemente sem a sua mediação – intervenções directas do mais selvagem dos liberalismos. Trata-se de um sistema urbano não codificado e, por isso, de difícil inteligibilidade.

Sim, trabalhar neste terreno aberto, como se instrumentos de uma nova *polis* consciente da sua incompetência na hora de integrar e até de entender a maioria das experiências sociais que se desenrolam à sua volta e que se limita a procurar paisagens francas para essa espontaneidade autoregulada em que consiste a vida quotidiana, assegurando que nada ficará excluído do direito ao seu pleno desfrute.

E desenhar um novo mapa com limites que não fecham, mas podem explicar como seria possível, a partir deles redesenhar o interior, como potenciam uma espécie de força centrípeta até ao centro histórico dando-lhe um novo sentido.

Aceitar o que Nuno Portas disse há muito tempo: o centro histórico resolve-se a partir das soluções que encontrarmos para a periferia.

Aqueles limites deverão ser os de uma fortaleza indefensável, à mercê de todas as invasões imaginadas e inimagináveis, vulnerável à irrupção massiva de desconhecidos, precisamente para que no seu seio todos vejam reconhecido o direito de o serem. É o espaço público, entre a densidade do construído, que a *polis* deve manter em boas condições, encenado, decorado, assegurada a sua plena acessibilidade. É aí que se desenvolve a acção pública, num espaço de reuniões baseadas na indiferença pelas diferenças – que não perante as desigualdades – e no contrato implícito de ajuda mútua entre solitários que nem se conhecem. Proscénio em que se transubstânciam os princípios que possibilitam a cidade democrática – a cidadania, o civismo e a civilidade – e remetem para o conjunto de direitos e deveres do cidadão.

Apenas anotei, em pensamento livre, eventualmente contraditório, como a leitura da história ou a tentativa de fixação de identidades pode ser perversa e como, se antes nos quis moldar em “portugueses suaves”, nos pode, agora, transformar em dóceis habitantes de Singapura, entrando heroicamente no processo de globalização vestidos à vianesa.

Alexandre Alves Costa

Nota

Neste texto, base de uma intervenção realizada na FNAC/Norte Shopping, numa mesa redonda sobre cidade, identidade e moda, em Março de 2000, utilizei de forma livre o excelente posfácio de Teresa Cruz ao “O pintor da vida moderna” de Charles Baudelaire, Vega, 1993 e “El animal público” de Manuel Delgado, Anagrama, 1999.